

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**REDES, ARTICULAÇÕES E A LUTA PELA CIDADANIA DAS MULHERES DO
BAIRRO BONSUCESSO EM RIO CLARO/SP.**

Jacqueline Leal da Silva

Prof^ª. Dr^ª. Dayana Aparecida Marques de Oliveira

Rio Claro (SP)

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

JACQUELINE LEAL DA SILVA

**REDES, ARTICULAÇÕES E A LUTA PELA CIDADANIA DAS
MULHERES DO BAIRRO BONSUCESSO EM RIO CLARO/SP.**

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP

2025

S586r Silva, Jacqueline Leal da
Redes, articulações e a luta pela cidadania das mulheres do bairro
Bonsucesso em Rio Claro/SP. / Jacqueline Leal da Silva. -- Rio Claro,
2025
36 p. : fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Geografia) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e
Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Dayana Aparecida Marques de Oliveira

1. Espaço urbano. 2. Cidadania. 3. Direitos. 4. Gênero. 5. Mulheres.
I. Título.

Jacqueline Leal da Silva

REDES, ARTICULAÇÕES E A LUTA PELA CIDADANIA
DAS MULHERES DO BAIRRO BONSUCESSO EM RIO
CLARO/SP.

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Licenciatura em
Geografia..

Comissão Examinadora

Profa Dra. Dayana Aparecida Marques de Oliveira (orientadora)

Ana Paula de Oliveira do Ó

Prof. Dr. Éverton Luís de Souza Júnior

Rio Claro, __17__ de _____ Dezembro ____ de __2025__.

Documento assinado digitalmente
 JACQUELINE LEAL DA SILVA
Data: 18/12/2025 15:26:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) aluno(a)

Documento assinado digitalmente
 DAYANA APARECIDA MARQUES DE OLIVEIRA
Data: 18/12/2025 14:44:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao apoio da minha família nesses 5 anos, em especial a minha mãe Silvana e ao meu pai Pedro, que sempre se esforçaram para que eu pudesse me manter estudando e concluir esta etapa tão importante na minha vida, me dando a oportunidade que eles não puderam ter. Além disso, agradeço às minhas tias maternas que também me ajudaram financeiramente durante a graduação.

Ademais, gostaria de agradecer aos Orixás, aos meus guias e aos dos meus irmãos de fé que sempre me aconselharam e me guiaram em todos os caminhos que percorri até aqui. Quero agradecer a Oxum e a minha mãe espiritual Diamazi, que me acolheram e continuam me acolhendo.

Aos amigos que estiveram comigo nesses anos, compartilhando as experiências da graduação e da vida. Em especial a minha amiga Vitória, que sempre me apoiou, me dando conselhos acadêmicos, dividindo a casa, o seu tempo e as experiências de vida comigo.

Gostaria de agradecer a minha Orientadora Prof^a Dr^a Dayana Oliveira, que esteve me orientando nos últimos dois anos nos meus projetos, que confiou em mim e me abriu oportunidades e contribuiu para que eu adquirisse experiências de grande valia na minha vida acadêmica. E também agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual financiou minha pesquisa de Iniciação Científica que acabou resultando no presente trabalho.

Agradeço a todos os professores que me marcaram durante esses anos de graduação, com seus ensinamentos. Em especial gostaria de agradecer ao Luiz Henrique dos Santos, que lecionou a Disciplina de Geografia urbana no meu ano, realizando um trabalho de campo que contribuiu para que essa pesquisa surgisse.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) discorre sobre o conceito de direito à cidade e de como esse direitos são acessados ou negados a depender de sua classe social, gênero e etnia. A desigualdade urbana se manifesta de diversas maneiras, como por meio da segregação socioespacial e da falta de infraestrutura, dito isso a pesquisa aborda como as mulheres de bairros periféricos são desproporcionalmente afetadas. Portanto, foi feita a escolha de investigar como as mulheres dos bairros BonSucesso e Jardim Novo Wenzel em Rio Claro/SP se mobilizam para alcançar os seus direitos e como elas criam redes de apoio entre si. Ademais, objetiva-se analisar como a mobilização social das mulheres, pela busca do exercício da cidadania, resulta no surgimento de redes de apoio capazes de enfrentar desafios presentes em suas vivências como mulheres periféricas e como a ONG Ps + Unidas contribui na formação dessas redes e auxilia as mulheres na busca por seus direitos, por meio de uma pesquisa bibliográfica e também através de entrevistas.

Palavras chaves: Espaço urbano; Cidadania; Direitos; Gênero; Mulheres.

ABSTRACT

The present Undergraduate Thesis (TCC) discusses the concept of the right to the city and how this right is accessed or denied depending on one's social class, gender, and ethnicity. Urban inequality manifests itself in various ways, such as through socio-spatial segregation and lack of infrastructure. In this context, the research addresses how women from peripheral neighborhoods are disproportionately affected. Therefore, the study focuses on investigating how women from the neighborhoods of BonSucesso and Jardim Novo Wenzel, in Rio Claro/SP, mobilize to secure their rights and how they create support networks among themselves. Furthermore, the objective is to analyze how women's social mobilization, in the pursuit of exercising citizenship, leads to the emergence of support networks capable of addressing the challenges faced in their everyday lives as women from the periphery, and how the NGO *Ps + Unidas* contributes to the formation of these networks and assists women in the struggle for their rights, through bibliographic research as well as interviews.

Keywords: Urban Space; Citizenship; Rights; Gender; Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Bueiro a céu aberto no bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-Sp.....	15
FIGURA 2: Calçada quebrada e esgoto a céu aberto no bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP.....	15
FIGURA 3: Problemas na pavimentação do bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP	16
FIGURA 4: Problemas na pavimentação do bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP	16
FIGURA 5: Lixo espalhado em terreno baldio no bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP.....	17
FIGURA 6: Imagem que revela a Segregação do Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP, devido a separação em relação ao centro da cidade.....	17
FIGURA 7: Imagem que mostra o isolamento do Bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP.....	18
FIGURA 8: Mapa de Localização do Bairros Jardim Novo Wenzel e Jardim BonSucesso em Rio Claro/SP.....	19
FIGURA 9: Segregação do Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP.....	20

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	6
2. DESENVOLVIMENTO URBANO DE RIO CLARO-SP, SEUS REFLEXOS SOCIOESPACIAIS E A GÊNESE DO BAIRRO BONSUCESSO.....	9
3. O BAIRRO JARDIM BONSUCESSO: FORMAÇÃO, TRAJETÓRIA E DESAFIOS.....	11
4. ENTRE A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E A BUSCA PELA CIDADANIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS MORADORAS DO BAIRRO BONSUCESSO	22
5. REDES DE APOIO FEMININAS E A ATUAÇÃO DE ONGs NA BUSCA PELO DIREITO À CIDADE.....	28
6. CONCLUSÃO.....	32
7. BIBLIOGRAFIA.....	35

1 INTRODUÇÃO

O acesso aos bens e serviços disponíveis em uma cidade é resultante da sua organização espacial, a qual é distribuída de acordo com a classe social do indivíduo e pelo espaço geográfico em que o mesmo está inserido, ou seja, determinam quem realmente desfruta do acesso à cidade (SANTOS, 1987). Portanto, além da atividade econômica, a herança social será um fator crucial para que a distribuição da sociedade seja extremamente desigual, onde aqueles com maior acúmulo de bens possuem uma infinidade de direitos, enquanto os desafortunados têm seus direitos reduzidos ou até mesmo tomados. Segundo Butler (2006), o conceito de “vida precária”, onde indica que todas as vidas podem ser eliminadas, posto que a vulnerabilidade está diretamente ligada à vida do ser humano. Contudo, a classe social de uma pessoa pode definir se aquela vida será ou não preservada, dado que algumas não têm importância dentro do sistema capitalista e não serão sentidas ou lamentadas (BUTLER, 2006).

O nascimento “assegura” ao indivíduo uma gama inalienável de direitos devido ao fato de fazer parte da sociedade humana. Viver em sociedade é assumir um papel como ser no mundo, assumir responsabilidade e uma herança moral, que torna cada um portador de direitos sociais. Dentre os direitos, podemos destacar o direito à moradia, alimentação, educação, segurança, saúde, proteção contra chuva e frio, direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a ter uma existência de forma digna (SANTOS, 1987). Embora seja “garantido” pelo 6º artigo, que os cidadãos têm direitos ao nascer, o qual está contido na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), aqueles que detêm o poder podem escolher maximizar ou precarizar a vida de alguns, enquanto facilitam a vivência de outros (BUTLER, 2006).

Segundo Lefebvre (1968), a cidade é o palco das completas narrativas da vida humana e algumas histórias serão protagonizadas conforme a realidade social em que se encontram, determinando consequentemente o protagonismo dentro do ambiente urbano de uma cidade (LEFEBVRE, 1968). É evidente que todos os direitos assegurados em leis não são necessariamente usufruídos na realidade, já que, devido à sua classe social, seu gênero, sua cor, o lugar em que o indivíduo reside, sua posição econômica e entre outros pontos determinantes, consequentemente, pessoas marginalizadas pela sociedade não possuem acesso à cidade e não são vistas como de fato cidadãos. Segundo Santos (2010) corrobora com a discussão quando dizia em suas obras que há diferentes cidadanias. Em países periféricos, como o Brasil, há cidadãos de diferentes classes; há aqueles que são mais cidadãos que outros, os que são menos cidadãos e aqueles que nem mesmo são considerados como tal (SANTOS, 2010).

O direito à cidade não se resume a um direito individual, mas sim a um direito coletivo, é um direito que deve ser de todos, visto que o acesso à cidade é essencial para o exercício da plena cidadania e emancipação política e social dos cidadãos (LEFEBVRE 1968). O direito à cidade ultrapassa a esfera do espaço físico do ambiente urbano, o pleno exercício da cidadania deve abarcar o direito dos cidadãos de poderem fazer parte de forma ativa e democrática na produção e transformação do espaço urbano (LEFEBVRE 1968; HARVEY 2012). Portanto, o direito à cidade envolve o conceito revolucionário de cidadania de forma direta, que se refere a uma questão de justiça social e equidade de direitos. Para tanto, o espaço urbano deveria contemplar os interesses e necessidades dos cidadãos, com o intuito de fazer com que os mesmos participem de forma ativa e democrática na sociedade (LEFEBVRE 1968; HARVEY 2012).

À vista disso, os municípios com mais de vinte mil habitantes devem possuir um Plano Diretor para garantir o bem-estar da população, preservar o meio ambiente, promover a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Deste modo, o município de Rio Claro/SP também possui seu próprio Plano Diretor, que traz consigo as propostas destinadas à cidade (RIO CLARO, 2017). Em fragmentos do documento, inclui propostas para mitigar a segregação socioespacial, aumentar a participação da sociedade civil, promover acessibilidade e mobilidade, e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, entre outras medidas. No entanto, bairros periféricos como o Bonsucesso enfrentam desigualdades em infraestrutura e serviços urbanos em comparação com áreas de classe média. Dessa maneira, se faz necessário estudar essas questões interligadas ao não direito à cidade no município de Rio Claro/SP. Estreitando ainda mais a questão da dificuldade do exercício pleno da cidadania foi feita a escolha de discutir sobre redes, articulações e a luta pela cidadania das mulheres dos Bairros Bonsucesso e Jardim Novo Wenzel Rio Claro/SP.

Trazendo novamente o conceito de direito à cidade, cabe dizer que a maior crítica atual dentro desta temática é a desigualdade do acesso à estrutura urbana, entretanto comumente é adotado como sustentação da crítica um sujeito abstrato, sem atribuições de cor, classe e sexo. Desse modo, considerando a complexidade que compreende as desigualdades, qual seria a referência de concretização do direito à cidade para as mulheres? E em especial, qual possibilidade de direito à cidade pode ter uma mulher negra e periférica? (SAMPAIO, 2022).

Na contemporaneidade, ainda se tem a necessidade da união das mulheres com a finalidade de lutar a favor de causas que vão lhes contribuir de maneira positiva em suas buscas pelo exercício de direitos. Em especial, as mulheres periféricas, sobretudo

mulheres negras, as quais são marginalizadas pela sociedade e precisam de apoio para enfrentar as dificuldades impostas em seu cotidiano, suporte o qual muitas vezes é encontrado entre elas mesmas de diferentes formas, necessárias para a resistência e a continuação da luta pela igualdade de gênero.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (2023) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 55,7% da população é constituída por pessoas pretas e pardas, dado que corresponde ao ano de 2022, onde 70,3% da população que estava abaixo da linha da pobreza eram pessoas negras pardas, sendo 28,7%, pessoas brancas. Quando se trata de números de extrema pobreza, 73% são negros ou pardos e 26% são brancos. Dessa parcela da população em condições de pobreza no Brasil, 38% corresponde a mulheres negras ou pardas, ou seja, mulheres não brancas correspondem a maior parte da população brasileira em condições de vulnerabilidade econômica, enquanto homens negros ou pardos vem seguindo com a segunda maior porcentagem, em seguida mulheres brancas e por último correspondendo a menor parcela (desconsiderando a pequena porcentagem marcada por “outros”) são homens brancos, conforme demonstrado no estudo do IBGE no ano de 2022.

Diante desses dados, é possível observar ainda que em áreas periféricas todos que ali vivem sofrem com a falta de direito à cidade, mulheres são as mais prejudicadas, em específico mulheres pretas ou pardas, por além de sofrerem violência de gênero e raça, possuem outro agravante que é a vulnerabilidade econômica que faz com que grande maioria dessas mulheres ocupem áreas periféricas, as quais carecem de infraestrutura que atendam às necessidades da população que ali residem. Tendo em vista que mulheres são as mais afetadas, este projeto tem como objetivo discutir sobre as dificuldades e mobilizações das mulheres moradoras do Bairro Bonsucesso na busca pelo exercício da cidadania

Os objetivos específicos são: a) Identificar quais são os principais fatores que limitam o direito à cidade das mesmas. b) Entender como a formação da cidade de Rio Claro impactou na vida das mulheres, sobretudo das moradoras do Bairro Bonsucesso. c) Identificar se a luta das mulheres pelo exercício da cidadania contribui para a formação de redes de apoio entre as mulheres do bairro Bonsucesso em Rio Claro/ SP e Organizações Não Governamentais, sobretudo a ONG PS+Unidas às ajuda na criação de vínculos de apoio; d) Discutir como essas organizações apoiam as mulheres na luta do exercício da cidadania plena na cidade de Rio Claro.

O presente trabalho atingiu os objetivos propostos por meio da metodologia com base no levantamento de referências bibliográficas e através de trabalho de campo no

bairro, no intuito de discutir assuntos como o acesso à cidade, o exercício pleno exercício da cidadania, o efeito barreira e questões de gênero e como as mulheres se organizam para reivindicar seus direitos como cidadãs. A respeito do conceito de direito à cidade e cidadania os principais autores e obras utilizados como referência são Milton Santos (1996) em “O espaço do cidadão”; Lefebvre (1968) em “O direito à cidade” e David Harvey “Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana.” - obra a qual dialoga muito com as ideias de Henri Lefebvre; Silva (2007) em “Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano”; Silva (2019) “O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada”; Villaça (1998) “Dilemas do Plano diretor” e por fim e não menos importante Massei (2001) “Space, Place and Gender”. Em relação ao efeito barreira, os autores escolhidos foram Mouette (1998 e 2004) em “Os pedestres e o efeito barreira” e “Efeito Barreira e circulação de pedestres”; Souza (2009) com “Mobilidade e acessibilidade intraurbana: Análise do efeito barreira na cidade de Rio Claro”.

Referente ao conceito de gênero foram escolhidas como principais referências Simone de Beauvoir (1949) “O segundo sexo”; em “A cidade e a arquitetura também mulher: Planejamento urbano, projetos arquitetônicos”, “ Judith Butler (1993, 2006, 2016) com a obra “Bodies that matter: on the discursive limits of sex”, “Bodies that matter: on the discursive limits of "sex" e “Notes Toward a Performative Theory of Assembly”, Bell Hooks (2018) em “O feminismo é para todo mundo” e Sampaio (2022), com o “capítulo: Reflexões feministas sobre o espaço urbano em tempos de pandemia de covid-19” do livro: Gestión feminista del hábitat: Refleiones desde la peil deoméstica al desafio de la existencia. Além da pesquisa bibliográfica foi realizada também a análise do Plano Diretor do ano de 2024, pesquisa de informações sobre a cidade e sobre o Bairro Jardim BonSucesso no Arquivo Público Histórico de Rio Claro; a elaboração de mapas de localização do bairro e coleta de dados por meio dos bancos de dados do IBGE e também por meio de trabalho de campo.

Este TCC está organizado em 5 capítulos. O primeiro correspondendo a:

2. DESENVOLVIMENTO URBANO DE RIO CLARO-SP, SEUS REFLEXOS SOCIOESPACIAIS E A GÊNESE DO BAIRRO BONSUCESSO.

No capítulo a seguir, será feita uma breve caracterização do município, abordando brevemente sobre a construção da cidade e do contexto histórico da mesma, que reflete até os dias atuais, buscando compreender, por meio dessa análise, como o desenvolvimento urbano e social da Cidade de Rio Claro - SP moldou os espaços da

cidade e como isso reflete no exercício da cidadania das mulheres, sobretudo daquelas que residem em bairros periféricos, como o Jardim BonSucesso, o qual foi escolhido para o desenvolvimento do estudo. -SP.

Segundo o IBGE (2025), atualmente o município possui 210.323 habitantes com área de 498.422 km², entretanto nem sempre foi assim, portanto cabe trazer o contexto histórico da cidade e de sua construção para entender a contemporaneidade. É possível iniciar a contextualização abordando a importância da construção da ferrovia que foi implementada em 1868. Segundo o Arquivo Público Histórico de Rio Claro (2014), foi através dela que ocorreu grande parte do desenvolvimento econômico e foi através de sua construção que foi definida a ocupação do espaço urbano e rural de Rio Claro. Ademais, um outro fator importante a ser ressaltado é que a cidade é atravessada pelas linhas do trem, portanto não há como transitar do leste ao oeste sem notar a presença delas, fato importante para entender questões como fragmentação socioespacial e efeito barreira que permeia o bairro Bom Sucesso, que serão melhor explicadas adiante.

Retornando ao processo de implementação da ferrovia, segundo Penteado (1978), existiam interesses econômicos por parte de fazendeiros e comerciantes para o transporte de produtos agrícolas de Rio Claro, sobretudo o café, que eram transportados por cargueiros e demoravam dias para concluir a viagem, o que afetava a economia do município. Logo, uma ferrovia que interliga o município com o Porto de Santos e outras regiões era extremamente importante no quesito econômico. Diante desse cenário, no dia 11 de agosto de 1876, foi feita a instalação do trecho ferroviário de Campinas até Rio Claro e, posteriormente, foram traçados outros percursos, ampliando as linhas no oeste paulista.

De acordo com estudos do Arquivo Público Histórico de Rio Claro (2014), ao longo dos anos foram sendo construídas oficinas, que garantiam a concentração de ferroviários na cidade destinada a reparos e produção de itens necessários para a construção e manutenção dos trens. Segundo Santos (2002), em 1892 foram inseridas oficinas da Cia. Paulista da Estrada de Ferro, o empreendimento calhou por ser um dos maiores empregadores industriais da época, concentrando-se assim um número considerável de trabalhadores. Segundo Tonini (2006), cada vez mais desembarcavam pessoas em Rio Claro, a grande maioria vinha para servir de mão-de-obra, coisa a qual atraiu o olhar dos europeus, sobretudo ingleses, que vieram para a cidade para trabalhar nas lavouras de café ou na construção de trilhos, e de pessoas de outras regiões brasileiras. Devido à inserção da Cia. Paulista, foram gerados aproximadamente dois mil empregos, portanto, Rio Claro atingiu a condição de “centro ferroviário”, consolidando

sua influência e aplicando sua oferta de bens e serviços, o que resultou na impulsão do desenvolvimento econômico do município, consequentemente refletindo no crescimento populacional e urbano (TONINI, 2006).

Desse modo, é possível fazer conexão com a construção das periferias de Rio Claro, visto que o processo de formação, muito provavelmente, possui ligação ao contexto de expansão econômica e urbana da cidade, visto que a implantação da ferrovia transformou o município em um polo atrativo a trabalhadores, atraindo migrantes de outras regiões, principalmente do Estado de Minas Gerais-MG e Ceará-CE, acontecimento que estimulou o crescimento populacional e a demanda por moradia. Entretanto, assim como em várias outras cidades do país, o processo de urbanização não foi acompanhado de políticas habitacionais adequadas, consequentemente resultando na ocupação de áreas mais afastadas com menor infraestrutura, consolidando-se então os bairros periféricos, como o caso do Bairro Jardim Bonsucesso, Jardim Novo Wenzel e Bom Retiro.

3. O BAIRRO JARDIM BONSUCESSO: FORMAÇÃO, TRAJETÓRIA E DESAFIOS

No presente capítulo, será feita a caracterização do bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP, recorrendo sobre sua formação, a trajetória até os dias atuais, quais são as especificidades do mesmo e os principais problemas enfrentados. Ao apresentá-lo como um bairro periférico, é de suma importância entender que o termo periferia vai além de uma mera delimitação geográfica distante do centro, ou seja, configurando-se como uma categoria que também é social e identitária (KAZAN, 2020). Além disso, a periferia é um espaço paradoxal, marcado tanto pela precariedade quanto pela potencial cultura e resistência das pessoas que ali habitam (KAZAN, 2020). Desse modo, serão abordados os principais problemas enfrentados, dentre eles o efeito barreira, e como entender as dinâmicas desse espaço é fundamental para o entendimento da pesquisa em sua totalidade.

De acordo com Souza (2009), o Bairro Bonsucesso possui aproximadamente 46 anos de história, onde a grande maioria dos moradores veio de outras regiões do país e trabalha na construção civil. Boa parte deles trabalha em indústrias de cerâmica ou no centro da cidade de Rio Claro-SP.

O Jardim Bonsucesso, em específico, foi configurado com base na administração imobiliária Bonsucesso da cidade de Piracicaba. Ademais, segundo Souza (2009) e

conversas com as próprias moradoras residentes do bairro, uma parcela expressiva daqueles que lá residem não possui escritura definitiva de suas casas, muitos loteamentos são irregulares. Segundo relatos, há um mobiliário por trás desse processo de construção do bairro, que no passado construiu várias casas e as vendia com “contratos de gaveta”, sem nenhum tipo de escritura, e foi dessa maneira que o bairro Jardim Bonsucesso e Jardim Novo Wenzel foram constituídos com a falta de regularização das residências. No entanto, recentemente, um conjunto de advogados se reuniu para legalizar as habitações do Jardim Novo Wenzel, portanto, o mesmo não está mais nesse cenário de ilegalidade. Por outro lado, o mesmo não foi possível com o Bonsucesso, devido ao fato de a dificuldade de conseguir a assinatura necessária do imobiliário em questão, que não tem facilitado esse processo, além de que o processo de retirada de escritura das casas tem um valor que a grande maioria dos moradores não consegue pagar.

O estudo do bairro realizado por Souza (2009) foi feito há 16 anos e, até os dias atuais, é possível afirmar que muitas das problemáticas do bairro ainda permanecem, como o caso da desregularização das habitações do bairro. Para além disso, há outras esferas que não obtiveram mudanças significativas, como problemas em relação à mobilidade urbana, onde o mesmo constatou que havia apenas duas linhas de transporte público que atendiam à população e, nos dias atuais, existe apenas uma linha de ônibus, a 14 Bonsucesso, que atende não só o bairro em questão, mas também o Jardim Novo Wenzel e o Bom Retiro.

De acordo com as moradoras do bairro, existem 2 tipos de circulares, uma que faz o trajeto em 1 hora passando em mais pontos e a outra que faz em tempo reduzido, tendo foco principal o acesso ao terminal de ônibus no centro da cidade. A rota do mesmo não está interligada com áreas de lazer da cidade, como o Horto Florestal, o Lago Azul e Centro Cultural, entre outros, interliga apenas localidades dos bairros e o centro de Rio Claro-SP, o que revela que a população que reside nesses bairros, sobretudo as mulheres, não possui acesso facilitado a áreas que promovem lazer e cultura não só para elas, mas também para os seus filhos.

Sabendo que um dos direitos como cidadãs é o acesso ao lazer e cultura, já é possível observar uma das barreiras que elas encontram para o exercício pleno da cidadania. Ademais, o fato de existir apenas uma linha que atende 3 bairros diferentes, que por sua vez estão totalmente afastados da cidade de Rio Claro, traz a problemática na mobilidade urbana dessas mulheres, que por sua vez interfere no acesso delas mesmas as áreas que oferecem bens serviços necessários para que elas exerçam a sua cidadania.

Além disso, em relação ao acesso à educação no bairro, no estudo de Souza

(2009) não havia nenhuma unidade escolar no mesmo, tendo apenas no Jardim Novo Wenzel, realidade a qual perdura até os dias de hoje. Dentre os três bairros, o único que oferece unidades escolares é o Novo Wenzel, que possui 3 escolas, sendo elas: Escola Municipal Celeste Calil, que atende do 1º ao 5º ano; a Escola Municipal Prof. Luiz Martins Rodrigues, que também é fundamental, atendendo do 1º ao 5º; e a Escola Municipal Caminho da Vida,

Profª Margarida Penteado, que atende bebês de 4 meses até os 5 anos de idade. De acordo com moradores do bairro, a escola Luiz Martins estava sobrecarregada e não tinha salas suficientes para dar conta da demanda de crianças. Dessa maneira, um projeto social vinculado à igreja luterana cedeu o espaço deles, que fica próximo à escola, para que duas novas salas fossem abertas no ano de 2017, onde foi prometida a ampliação da infraestrutura da escola para comportar essas crianças. No entanto, até os dias atuais, essas salas não foram construídas e há a promessa de que a escola entregará novas classes somente no ano de 2027.

Tal fato relatado mostra o descaso com a educação não só com a população do Bonsucesso, mas também com a dos outros dois bairros, dado que são 8 anos negligenciando esse problema e ainda faltam mais dois para a possível reforma da escola. Isso impacta diretamente no direito à cidade das crianças e consequentemente das mulheres do bairro Bonsucesso, pois segundo o direito à educação de qualidade é um direito que deve ser destinado a todos, ou ao menos deveria, portanto se há pouca disponibilidade de vagas nas escolas de ensino infantil e fundamental, isso impacta diretamente no acesso das crianças à educação e das mães, que muitas das vezes precisam desempenhar papéis domésticos ou trabalhar fora, dado que segundo o IBGE (2022) 49,1% das mulheres são responsáveis por chefiar suas famílias, portanto creches e escolas são lugares que possibilitam essas mães a desempenharem essas atividades.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, as mulheres dedicam mais que o dobro de tempo que os homens com cuidados de casa, de pessoas e crianças, visto que os homens desempenham 11,7 horas por semana, enquanto as mulheres, em média, desempenham 23,1 horas semanalmente. Além disso, a CNN Brasil (2024) escreveu uma matéria dedicada à temática, na qual menciona o relatório “Esgotadas: empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres”, realizado pela ONG Think Olga, que evidencia que 86% das mulheres entrevistadas se consideravam extremamente sobrecarregadas com uma carga de responsabilidades muito grande. Ademais, outro ponto revelado pelo estudo foi a

insegurança financeira e as duplas ou triplas jornadas de trabalho para garantir o sustento da família, sendo mais um agravante para a piora da saúde mental feminina e impactando diretamente o exercício da cidadania plena das mesmas (CNN Brasil, 2024).

Outro descaso da gestão de Rio Claro com a educação da população desses três bairros, sobretudo do Jardim Bonsucesso, é o fato da ausência de escolas estaduais em nenhum dos três bairros. A escola estadual mais próxima é a Escola Estadual Odilon Corrêa, que fica localizada no Jardim Claret, a qual é afastada do bairro e que está sobrecarregada com a quantidade de alunos, dado que a quantidade de pré-adolescentes e adolescentes dos três bairros para uma só escola é muito superior à quantidade de vagas oferecidas. Portanto, há outras escolas que recebem os alunos desses bairros, como a Escola Michel Antônio Alem e entre outras espalhadas em áreas centrais. Em diálogo com moradoras do bairro, as mesmas relataram que crianças de menos de 12 anos vão até essas escolas de ônibus o qual é disponibilizado pela prefeitura e que conta com a supervisão de monitores, a partir dos 12 os estudantes têm direito a carteirinha gratuita para se locomover até as respectivas escolas que estudam.

Pode-se analisar que a gestão de Rio Claro tem agido de maneira a remediar as problemáticas, no entanto não apresenta soluções que vão agir na raiz do problema, como com construções de unidades escolares suficientes para essas crianças e adolescentes sem que as mesmas tenham que se remanejar em diferentes escolas espalhadas na cidade de acordo com as vagas disponíveis.

Ademais, também há o fato de haver apenas uma única Unidade Básica de Saúde que atende os três bairros, dado que são bairros afastados do restante da cidade, e o fato de não ter nenhuma Unidade de Pronto Atendimento no bairro ou mais próximo dele é extremamente preocupante, porque, tendo em vista que existem apenas duas UPAS na cidade e nenhuma delas fica próxima a esses bairros, podemos ver outro ponto que fere o exercício pleno da cidadania das moradoras do bairro Bonsucesso.

Diante do exposto, é nítida a escassez ou insuficiência de serviços públicos no bairro. Além das áreas destacadas acima, cabe revisitar a falta de áreas destinadas ao lazer, cultura e esportes. Para além disso, também cabe destacar a carência de infraestrutura do bairro, com má pavimentação, problemas com saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo, entre outros. Para conseguir melhor visualizar o bairro, foram feitos vários registros por meio de fotos com o intuito de melhor ilustrar a realidade, que serão apresentadas nas figuras abaixo:



Figura 1: . Fonte: Bueiro a céu aberto no bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP. Fonte: Jacqueline Leal da Silva Data: 13 de outubro de 2025.



Figura 2: . Calçada quebrada e esgoto a céu aberto no bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP. Fonte: Jacqueline Leal da Silva. Data: 13 de outubro de 2025



figura 3: Problemas na pavimentação do bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP. Fonte: Jacqueline Leal da Silva. Data: 13 de Outubro de 2025.



Figura 4: Problemas na pavimentação do bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP. Fonte: Jacqueline Leal da Silva. Data: 13 de Outubro de 2025.



Figura 5: Lixo espalhado em terreno baldio no bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP. Fonte: Jacqueline Leal da Silva. Data: 13 de Outubro de 2025.



Figura 6: Imagem que revela a Segregação do Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP, devido a separação do bairro em relação ao centro da cidade. Fonte: Jacqueline Leal da Silva. Data: 13 de Outubro de 2025.



Figura 7: Imagem que mostra o isolamento do Bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP. Fonte: Jacqueline Leal da Silva. Data: 13 de Outubro de 2025.

As imagens expostas são apenas uma pequena parcela do bairro, que no entanto conseguem transparecer um pouco da realidade do bairro, que para além de todas as problemáticas apresentadas também sobre com o fato de estar distante o do restante da área urbana, que prejudica locomoção dos mesmos, o acesso à cidade e ao sentimento de pertencimento desses moradores, sobretudo das mulheres de se sentirem integrados a cidade de Rio Claro-SP, ou seja, distanciamento é causado por uma barreira física que se expande para barreiras sociais, econômicas, culturais e políticas.

A distância do bairro e do centro da cidade ficam evidentes quando mapeadas, dessa maneira a seguir será exposto um mapa de localização dos bairros Jardim Jardim Bonsucesso e Novo Wenzel em Rio claro/ SP:

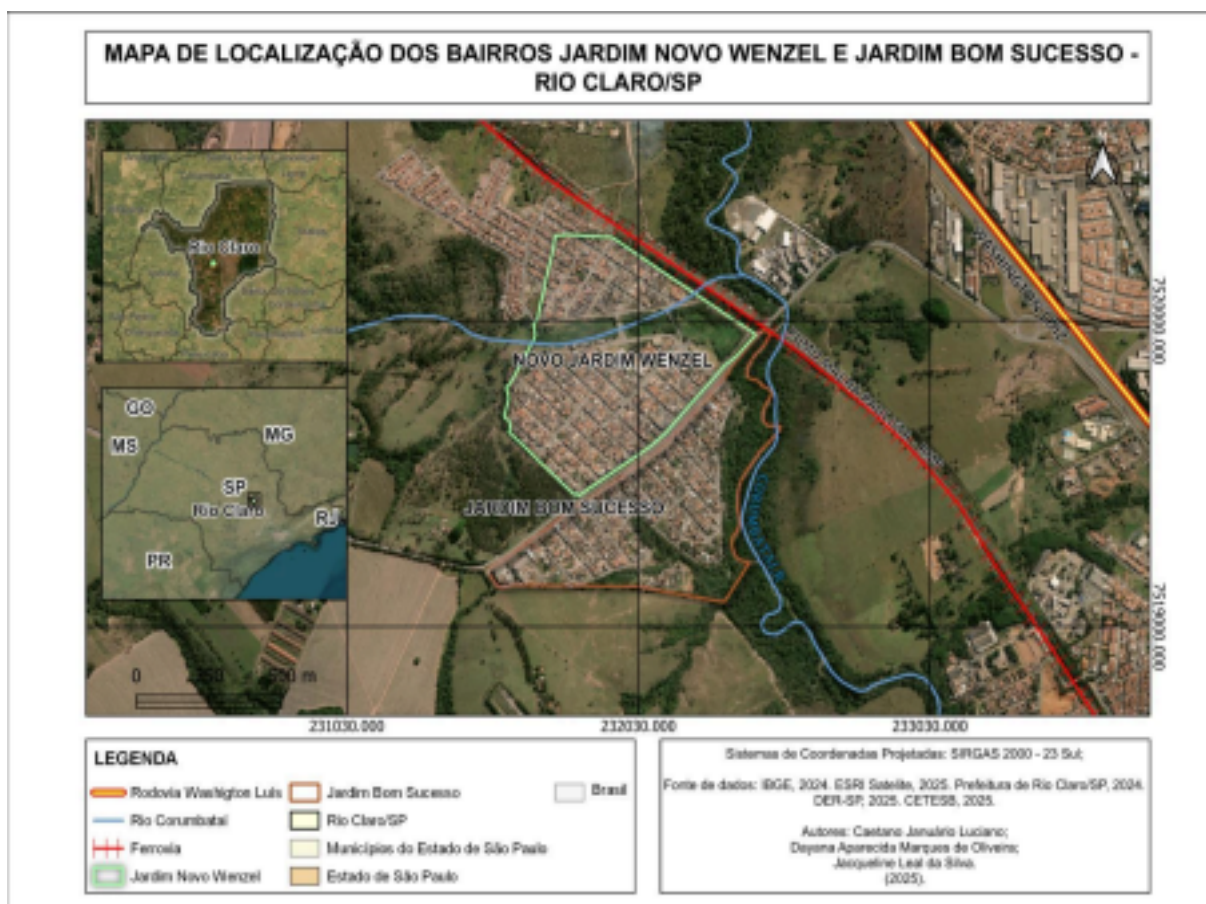


Figura 8: Mapa de Localização do Bairros Jardim Novo Wenzel e Jardim Bonsucesso em Rio Claro/SP. Fonte: Luciano, Oliveira e Silva (2025).

Através desse mapa, é possível observar que o bairro sofre com o efeito barreira, que impacta diretamente no direito à cidade das mulheres que vivem no bairro Bonsucesso. O bairro fica localizado em uma área afastada do centro da cidade de Rio Claro- SP, onde possui elementos físicos que segundo Souza; Sousa e Braga (2009) marcam a separação do bairro e do restante da cidade, que são a Rodovia Washington Luís, o rio Corumbataí e a ferrovia, que não apenas refletem na questão espacial, mas também refletem em dificuldades e no distanciamento dos moradores do bairro, sobretudo das mulheres em acessar as outras partes da cidade. Dito isso, é possível utilizar esses marcadores físicos para discutir sobre o efeito barreira que ocorre no bairro do Bonsucesso, Jardim Novo Wenzel e Bom Retiro.

A seguir serão apresentadas imagens que evidenciam esse afastamento e deixam evidentes a segregação sofrida pelo bairro:



Figura 9: Segregação do Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP. Fonte: Jacqueline Leal da Silva. Data: 13 de Outubro de 2025.

O conceito de efeito barreira é importante neste TCC pois através dele podemos entender como o mesmo ocorre e interfere no cotidiano dos moradores de localidades que sofrem com esse fenômeno, logo em seguida é feita uma conexão do termo com a realidade do bairro Bonsucesso-SP e é feita a inserção da perspectiva de gênero para fomentar a discussão.

O bairro fica localizado em uma área afastada do centro da cidade de Rio Claro-SP, onde possui elementos físicos que segundo Souza; Sousa e Braga (2009) marcam a separação do bairro e do restante da cidade, que são a Rodovia Washington Luís, o rio Corumbataí e a ferrovia, que não apenas refletem na questão espacial, mas também refletem em dificuldades e no distanciamento dos moradores do bairro, sobretudo das mulheres em acessar as outras partes da cidade. Dito isso, é possível utilizar esses marcadores físicos para discutir sobre o efeito barreira que ocorre no bairro do Bom Sucesso, Jardim Novo Wenzel e Bom Retiro.

Segundo Mouette (1998) o efeito barreira corresponde a reparação ou rompimento, portanto uma descontinuidade na estrutura urbana ocasionada pelo sistema de transporte.

Souza (2009) argumenta que na literatura francesa existe uma terminologia chamada *effect coupure*, que seria o efeito de corte, o qual é usado para descrever a barreira como uma interrupção não só gerada pelo tráfego, mas também a qualquer barreira que seja provocada por algum elemento da paisagem ou obras de engenharia ou arquitetura (Souza, 2009). Para Rodrigues (1986) seria parte de disfunções urbanas, ou seja, são qualquer impedimento ou dificuldade que o usuário do espaço urbano tenha ao exercer atividade ou circular por conta da deficiência do espaço físico ou devido a distanciamento entre os locais, o que é possível notar no mapa de localização, onde mostra o isolamento dos bairros em questão em relação ao restante da cidade.

Segundo Mouette (2004) existem três variáveis necessárias para que se tenha o efeito barreira, sendo elas os elementos causadores, os elementos de influência e os impactos decorrentes. Trazendo a discussão para o caso de Rio Claro-SP, Souza (2009) argumenta que o Jardim Bonsucesso, o Jardim Novo Wenzel, a Rodovia Washington Luís, a ferrovia antiga da FEPASA e o Rio Corumbataí são elementos causadores; já os elementos de influência seriam a estrutura urbana da cidade e as necessidades de geração de viagem; por fim, e não menos importante os elementos decorrentes seriam os pedestres e os possíveis usuários de bicicleta que muitas das vezes possuem seu acesso à área central da cidade reduzidas Souza (2009).

O efeito barreira implica diretamente na quantidade de deslocamentos, refletindo na queda da mobilidade daquele indivíduo, o qual terá suas restrições ao se locomover, consequentemente resultando na falta de acessibilidade a locais e estabelecimentos que oferecem bens e serviços (Mouette, 1998). Levando em consideração a infraestrutura do bairro, que possui carência de serviços públicos como na área de educação e saúde, áreas de lazer e entre outros, é possível afirmar que aqueles que não possuem meios de locomoção próprios e dependem de transporte público ou se locomovem de bicicleta terão maiores dificuldades para acessar a esses serviços, dado que os mesmos são disponibilizados em áreas centrais da cidade, consequentemente essa população sofrerá com a falta de direito à cidade e sendo restringidos de exercer a cidadania plena. É um fato que o efeito barreira atinge negativamente ambos os gêneros, entretanto, quando se discute sobre essas consequências para o gênero feminino é possível listar uma série de fatores que ressoam de formas ainda mais profundas em mulheres. A começar que, segundo Foran (2013), mulheres realizam mais caminhos a pé e apresentam meio uso de transportes quando considerado a pessoas do gênero masculino, logo, se grande maioria delas tem como principal meio de locomoção transportes públicos e o deslocamento a pé, mulheres que residem em bairros como o Jardim Bonsucesso, que sofre do efeito barreira

terão mais dificuldade em acessar os espaços da cidade, impactando diretamente no exercício pleno da cidadania.

Além disso, o fato do bairro sofrer com segregação socioespacial, faz com que problemas de infraestruturas já apresentados sejam negligenciados, ou seja, problemas voltados a saúde pública, educação, segurança, acesso ao lazer e entre outras, são deixados de lado, o que impacta diretamente na vida dessas mulheres, dado que a falta de estrutura na saúde impactam essas mulheres de diversas formas, seja de maneira individual, como também ao atender seus filhos e familiares, visto que grande maioria das mulheres ficam responsáveis pelos cuidados com o lar; em relação ao âmbito da educação, isso impacta tanto mulheres mais jovens e estudantes, quanto mulheres que são mães, uma vez que a falta de unidades escolares que atendam a população impactam o direito à educação das mesmas e de seus filhos; a falta de políticas públicas voltadas para a promoção da cultura e lazer, que é uma característica comum em bairros periféricos brasileiros, também ressoam significativamente na vida das mesmas. Logo, o efeito barreira é, sim, capaz de limitar ou até mesmo impedir o direito à cidade das moradoras do bairro.

4. ENTRE A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E A BUSCA PELA CIDADANIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS MORADORAS DO BAIRRO BONSUCESO.

A seguir, no presente capítulo será discutido sobre a participação das mulheres na construção do município de Rio Claro- SP, com o intuito de entender como elas participaram da idealização e construção do mesmo. Além disso, será feita uma discussão utilizando a fim de entender se as mulheres, sobretudo as moradoras do bairro estão exercendo a sua cidadania de maneira plena, desta forma será utilizado o Plano Diretor como um dos instrumentos de análise, para entender quais são as diretrizes voltadas para as mulheres, sobretudo as moradoras do Bairro Bonsucesso.

Rio Claro, teve seu processo de assentamento de maneira gradativa, se iniciando no século XVIII. A fase mais significativa do povoamento se deu entre 1817 a 1821, com a intensificação de concessões de sesmarias na época. No entanto, o marco oficial do núcleo urbano de Rio Claro sucedeu com a fundação da Capela de São João Batista no dia 10 de junho de 1827 (Hogan, 1986). Poucos anos após, Rio Claro foi categorizada como freguesia no dia 9 de dezembro de 1930, posteriormente na década seguinte passou a ser subordinada como nova vila de Limeira e 3 anos após o ocorrido foi elevada a vila e no dia 30 de abril de 1857 foi nomeada como cidade. Sabe-se da formação da cidade como

um todo, mas há poucas informações sobre a formação de bairros específicos do município, como é o caso do Jardim Bom Sucesso, o qual corresponde à área de estudo dessa pesquisa.

Isto posto, cabe apresentar descrições sobre a constituição do núcleo inicial de maneira geral. O processo de construção das ruas, desde o início, possui modelo de “tabuleiro de xadrez”, semelhante ao de Limeira e Piracicaba. Ademais, a construção do espaço urbano de Rio Claro foi incentivada pela elite local, ou seja, o espaço foi pensado pela mesma, a qual a Sociedade do Bem Comum (primeira organização política criada no município), reuniu aqueles considerados os mais “destacados cidadãos” tornando os responsáveis por coletar e vender terrenos que seriam o centro da vila (Hogan, 1986). Portanto, o espaço urbano foi construído, promovendo a expansão do povoamento e servindo interesses ligados a atividades econômicas da região, que na época eram ligados à cultura canavieira e em seguida foi substituída pelo café (Hogan, 1986).

As terras eram concentradas nas mãos de uma pequena parcela da população rio clarense, visto que 9 das 10 sesmarias que foram concedidas eram pertencentes à elite, deixando evidente que a construção da cidade foi moldada e pensada para servir os interesses da elite agrária que via a cidade como extensão do seu poder (Hogan, 1986). A disposição das ruas, a localização de praças e distribuição de serviços foram pensadas e construídas para servi-los, criando um núcleo urbano funcional para poucos. Tal formação, centrada no poder econômico de uma parcela pequena da população rioclarense, resultou numa estrutura urbana segregada, onde os principais bens e serviços estão localizados em áreas centrais ou em bairros nobres das cidades, enquanto os bairros periféricos carecem de acesso a bens e serviços públicos de qualidade. Ademais, cabe destacar que cidade foi construída com bases fortemente patriarcais, dado que na época de acordo com o estudo desenvolvido por Hogan (1986), no ano de 1873 a Indústria e Artesanato era dividida na categoria de bens e consumo pessoal. onde estavam os alfaiates, chapeleiros, costureiras, modistas, ourives, sapateiros, tintureiros, engomadeira, relojoeiro, cigarreira e barbeiro; já na construção civil, as funções em destaque eram: carpinteiros, pedreiros, vidraceiros e pintores; no setor mobiliário estavam os marceneiros, colchoeiros e empalhadores; na metalúrgica e mecânica destacavam-se fábrica de máquinas, ferrovias e ferreiros; no transporte a fábrica de trollys e celeiros. Na indústria alimentícia havia fábricas de licores, vinagre, cerveja e refinação de açúcar.

No âmbito dos Comércio e Serviços, destacava-se os serviços de consumo pessoal como tintureiros, engomadeira, relojoeiro, cigarreira e barbeiro; em relação aos serviços de lazer, havia os bilhares; na comunicação e transporte haviam locadores de

carros, carroceiros, cocheiras e tropeiros; no gênero alimentício estavam as padarias, confeitarias, armazéns de molhados e depósitos de gêneros da terra e por fim e não menos importante, os haviam também os comércios gerais como lojas de fazenda, ferragens, depósitos de calçados, máquinas de costura, armazéns, farmácias e entre outros.

Diante desse cenário, analisando essas informações, é possível observar que a cidade de Rio Claro foi construída majoritariamente por homens e para homens. Como pode-se observar, grande maioria dos serviços e profissões listadas nesse estudo eram em sua grande maioria desempenhados pelo gênero masculino. No entanto, não significa que as mulheres não tenham tido o seu papel na construção da cidade, entretanto evidencia a estrutura patriarcal da sociedade, onde grande parte das mulheres desempenhavam atividades domésticas e destinadas ao cuidado do lar e das famílias. Com base no estudo de Hogan (1986) que leva em consideração o Almanak de 1973, há como fazer suposições de que essas mulheres trabalhavam em no setor alimentício e de artesanato, ou seja, funções que foram atribuídas ao papel de gênero feminino. Ademais, outro ponto a ser destacado era o fato do único serviço de lazer oferecido ser destinado aos homens, o que deixa ainda mais evidente que a construção da cidade de Rio Claro, assim como da sociedade brasileira de modo geral, foi pautada em raízes machistas e patriarcais.

Em diálogo com o exposto, cabe trazer a geógrafa feminista Doreen Massey para a discussão, que em seu livro “Space, Place and Gender” publicado em 1994, discute sobre como se constrói o gênero e o reforça através da organização social do espaço e do lugar que determinada pessoa está inserida, deixando explícito o fato que o gênero é construído sob uma óptica masculina, resultando numa estrutura que condiciona as mulheres a papéis limitados de subordinação, as excluindo e as colocando em áreas ou funções específicas à elas na cidade. A autora promove uma análise da cidadania, levando em consideração questões de gênero, raça e ambientais, trazendo uma visão crítica à tendência de considerar questões de desigualdade percebidas no âmbito geográfico como “locais” ou de ‘menor importância’, visto que de acordo com a mesma, para que se alcance uma cidadania inclusiva de fato, é fundamental pensar no espaço através de outra perspectiva, ressaltando que o mesmo não é uma entidade à parte ou plano de fundo, mas algo que possui influência direta nas experiências e na construção das subjetividades. Desta maneira, o gênero e a cidadania se entrelaçam de forma complexa, visto que a cidadania plena só será alcançada por meio da compreensão e valorização do espaço de modo relacional, logo deve-se repensar o espaço como um elemento de sociabilidade e inclusão, para que se tenha o exercício da cidadania em sua plenitude (Massey, 2001).

Isto exposto, a luta das mulheres pelo exercício da cidadania é uma demanda inadiável de complexidade, que ganha nas dimensões conforme mulheres de diferentes contextos sociais, raciais e econômicos passam a se manifestar. As movimentações advindas das mesmas, a reivindicação por seus direitos questionam as estruturas patriarcais e capitalistas que dão sustento a essa estrutura desigual. Logo, é extremamente importante analisar o espaço urbano e discutir as práticas de cidadania por meio da perspectiva de gênero, revelando o fato da exclusão ou invisibilidade da grande maioria das mulheres na organização e no uso dos espaços públicos (Massey, 2001).

Devido a importância do exposto, trazer o planejamento urbano para o debate é indispensável, visto que ao pensar na cidade há a necessidade de um planejamento por trás de sua construção. Portanto, será feita uma análise do Plano Diretor de Rio Claro para fomentar a discussão de cidadania e gênero e entender quais atitudes estão sendo tomadas ou não para garantir o exercício da cidadania plena das mulheres moradoras do bairro Jardim Bonsucesso.

Segundo Joseli Silva (2007) discutir gênero é fundamental para entender a produção e vivência do espaço urbano, que não é de forma alguma neutro e reflete e reforça as relações de poder existentes. Desta forma, a autora traz que o planejamento urbano possui raízes tradicionais, funcionalistas e racionalistas, que são refletidas por uma perspectiva masculina sobre o espaço. É possível observar este fato por meio da rígida separação de áreas residenciais, comerciais e industriais, que acentuam a divisão sexual do trabalho e acaba por aprisionar as mulheres em determinados lugares atribuídos às normas de gênero como o lar doméstico (Silva, 2007)

Isto exposto, é preciso contextualizar brevemente o processo de urbanização brasileira de modo geral, que na prática não foi guiado por planos diretores e sim por dois principais condutores, que são as obras públicas de infraestrutura como sistemas viários e de saneamento que eram decididas e executadas sem seguir um plano integrado que se enquadra na concepção modernista do plano diretor. Já em segundo lugar, há a legislação urbanística, que seria o Zoneamento (define o uso e a ocupação do solo), que ao contrário dos planos diretores foi efetivamente implementado. Todavia, foi criado em benefício da minoria que vive na “cidade legal”, enquanto grande parte da população é empurrada para a ilegalidade e carentes de infraestrutura, como favelas e ocupação de áreas irregulares. Desse modo, Destaca-se a criação da cidade legal e a cidade ilegal. A cidade legal (que é para ela que a legislação é pensada e aplicada), é ocupada por menor parcela da população, que terá acesso a infraestrutura e legalidade de suas moradias. Já a cidade ilegal é onde a maior parte da população vive em condições precárias sem poder ter o

exercício da cidadania de maneira plena Villaça (1999).

Posteriormente foi criado o plano diretor, utilizado para servir como fachada para ocultar essa realidade, tanto é que uma das principais formas de planejar o urbano no Brasil, é por meio do plano diretor, que é historicamente uma ferramenta ideológica e tecnocrática que legitima ações do Estados e os interesses das elites, ao invés de realmente ordenar os crescimento das cidade e solucionar conflitos e problemas da população brasileira (Villaça, 1999)

Segundo villaça (1995) o plano diretor para o autor é concebido como um instrumento plano “geral” de longo prazo e diferentemente do zoneamento, o plano diretor está em crise, a qual foi aprofundada desde a década de 1930, sendo caracterizada pelo descrédito entre os políticos, sendo visto como incapaz de ser executado, sendo um “plano-discurso” e pela falta de consenso sobre sua definição entre os próprios urbanistas.

Além disso, Villaça (1995) tece críticas a respeito da concepção modernista do plano diretor, que é visto como um instrumento técnico, científico e neutro, que seria capaz de solucionar problemas urbanos de maneira eficiente e racional, entretanto essa visão é extremamente tecnocrata e ideológica, que é propaganda pelas elites para promover a despolitização da questão urbana e manter o controle, dando a ideia de que um instrumento de “boa técnica” é capaz de resolver conflitos que são intrinsecamente políticos.

A ausência de planos diretores eficazes não é acidental e sim uma estratégia para que aqueles que estão no poder realizem obras e tomem decisões sem o apoio popular e sem o comprometimento com diretrizes de longo prazo. Portanto, há uma contradição, porque enquanto a imprensa e as elites idealizam o plano diretor, os políticos, dentre eles prefeitos e vereadores não desejam ou se esforçam para de fato para a implementação dos mesmos (Villaça, 1995). Além disso, destaca-se o conflito de interesses do setor imobiliários e da população, uma vez que essa é uma questão essencial dentro do planejamento urbano, onde é necessária a criação de uma cidade mais justa para a população, todavia os planos diretores tradicionais, com seu caráter genérico, sempre ignoram esse conflito.

Diante o exposto, cabe trazer para discussão o plano diretor do município de Rio Claro- SP instituído pela Lei complementar nº 204 de 10 de julho de 2024, o qual estabelece que um de seus maiores princípios fundamentais é a função social da cidade, ou seja, o planejamento urbano deve ter como objetivo promover o bem-estar de todos os habitantes, independente do recorte de classe, cor ou gênero, combatendo as desigualdades e impulsionando o acesso à cidade para toda a população. Segundo o Art.

5º a política urbana para o município tem o objetivo de reivindicar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, da propriedade urbana e rural por meio de diretrizes gerais como: I. Garantir direito à cidades sustentáveis, como o direito à terra urbana, à moradia, infraestrutura urbana, saneamento ambiental, transporte, trabalho, acesso a serviços públicos e lazer para as presentes e futuras gerações; II. Promover gestão democrática da cidade através da participação popular de toda a população independentemente da sua faixa etária e que sejam de diferentes segmentos da comunidade, com o intuito de participação na execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III. Planejar o desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas no Município e no território de modo a evitar e corrigir desvirtuamentos do crescimento urbano e seus efeitos negativos para o ambiente natural ou construído, ao conforto e segurança da população; e pulando para a diretriz VII. que visa o oferecimento de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos que se adequem às necessidades e interesses da população e às demandas locais, que sejam acessíveis de maneira universal, atuando em conciliação com a manutenção ou melhoria do urbano e mantendo a função social da cidade, promovendo o uso e ocupação democrático do território a todos os grupos sociais.

Existem outras diretrizes e objetivos principais para o desenvolvimento das políticas públicas para o município de Rio Claro, entretanto essas foram selecionadas para contribuir com o debate acerca do planejamento do mesmo, com intuito de discutir se esse plano está sendo ou não implementado na prática. De modo geral, na seção há pontos como priorização do sistema de transporte coletivo, público e privado, à mobilidade ativa e à segurança dos pedestres, no entanto não há um capítulo específico voltado para as demandas das mulheres. As propostas voltadas às mesmas então no âmbito das diretrizes gerais. Há iniciativas em Rio Claro que são de fato voltadas às mulheres, como a criação da casa Lilás, que é um serviço de acolhimento às vítimas de violência doméstica, que foi anunciado pelo Jornal Diário de Rio Claro no dia 08 de abril de 2025, no entanto não há muitas informações disponíveis sobre o andamento desse projeto. Além disso, há outra política pública voltada para elas, que seria o incentivo ao empreendedorismo feminino, com o evento “Todas por Elas”, em parceria com o Sebrae-SP, que visa o fortalecimento e impulso das mulheres empreendedoras na cidade e região, no entanto, segundo as poucas informações encontradas a respeito da realização do mesmo, de acordo com o Jornal Diário de Rio Claro, o último evento realizado foi no primeiro semestre do ano de 2025, o que revela não ser um projeto com frequência necessária para de fato impactar na vida dessas empreendedoras.

Em suma, não há nenhuma seção destinada às demandas femininas em geral e muito menos a moradoras de bairros periféricos como o bairro Jardim Bonsucesso. Além disso, não há nenhum capítulo destinado a políticas públicas voltados à esse bairro que carece de infraestrutura em diferentes âmbitos, o que só afirma a ideia de que o Plano Diretor não passa de uma burocracia que não garante os direitos das cidadãs e não é efetivo como política pública.

5. REDES DE APOIO FEMININAS E A ATUAÇÃO DE ONGs NA BUSCA PELO DIREITO À CIDADE.

Quando se discute direito à cidade e cidadania, Henri Lefebvre é uma figura essencial para esse debate. Embora o mesmo não tenha implementado ideias feministas em suas obras, negligenciando questões de raça, gênero e sexualidade, se debruçando apenas sobre a análise de classe, há dois pontos trazidos por ele essenciais para a perspectiva feminista para discutir o espaço urbano, sendo eles a centralidade do corpo e a luta contra o espaço Abstrato (Silva, 2019). Para o autor, o corpo é o elemento indispensável em sua teoria sobre a produção do espaço, uma vez que, para ele, o corpo vivo, com suas particularidades, não está simplesmente no espaço, e sim produz espaço, pensamento o qual é fundamental dentro de estudos geográficos feministas, pois possibilitam a análise da vida cotidiana das mulheres por meio das experiências corporais das mesmas. Já em relação ao espaço abstrato, Lefebvre o define como um espaço produzido pelo sistema capitalista, cujo objetivo é homogeneizar a vida, apagando as singularidades e transformando tudo em mercadoria, um espaço que reduz a existência dos indivíduos, sendo caracterizado como masculino, associado à violência e ao poder do Estado (Silva, 2019).

Dessa forma, Lefebvre argumenta que, para resistir ao espaço abstrato, seria necessária a criação do espaço diferencial, que se opõe à homogeneização e à violência do capitalismo no espaço. O espaço diferencial não se limita à esfera física ou a uma simples etapa, e sim como um processo contínuo de transformação social. É uma possibilidade porque surge de rachaduras do próprio sistema capitalista, que seria criado por meio de práticas espaciais e de resistência do cotidiano. As pessoas se apropriam de seus corpos, suas vidas, suas singularidades, valorizando o “valor de uso”, o valor da vida em detrimento do “valor de troca”, que seria o lucro (Silva, 2019).

Para o feminismo, a produção de um espaço diferencial se daria por meio da ética do cuidado, do amor e da criação de relações que promovam “vidas visíveis”, ou seja, que tenham qualidade e bem-estar principalmente para aqueles que têm as vidas precarizadas por um sistema desigual (Silva, 2019).

Segundo Silva (2007), é preciso revelar o oculto, ou seja, é preciso enxergar como o ambiente construído pode refletir e perpetuar estereótipos de gênero e existem “barreiras invisíveis” que limitam o acesso e a vivência de diferentes grupos, sobretudo, das mulheres. Ao discutir temas como esse, é necessário superar a vitimização e entender que, ao invés de denunciar a subordinação das mulheres ao masculino, a análise de gênero possibilita enxergar as potencialidades e os espaços de poder femininos, que seriam as formas de resistência e transformação, e com isso a autora traz o conceito de “paradoxal”, que entende que mesmo que dentro de uma estrutura patriarcal de dominação, os sujeitos oprimidos que estão à margem, que no caso são as mulheres, são capazes de exercer pressão sobre o poder, podendo sim desestabilizar e reconfigurar o território (Silva, 2007).

Em diálogo com o exposto, cabe trazer o conceito de feminismo periférico, utilizado por Kazan (2020), que discorre que o mesmo vai territorializar as relações de gênero, analisando o “ser mulher” a partir de sua localização e dos marcadores sociais que são específicos daquele contexto, sendo um feminismo que tem como objetivo se diferir do feminismo hegemônico que se une pela necessidade de “falar e agir por si próprias”, indo além desse discurso feminista generalista. Ela fala da mulher periférica como uma identidade complexa, moldada por uma gama de opressões (Kazan, 2020).

Diante o cenário de exclusão das mulheres, é mais do que essencial que as mesmas tenham suas vozes ouvidas e levadas em consideração, sobretudo mulheres periféricas. Portanto, discutir a mobilização das mulheres do bairro Bonsucesso e a formação de redes de apoio criada entre elas, é de suma importância, visto que se trata de um bairro periférico, marginalizado na cidade de Rio Claro-SP. Foram apresentadas inúmeras barreiras que afetam a cidadania de todos os moradores do bairro sem aceção de gênero, entretanto, devido ao fato das mulheres serem desfavorecidas dentro da sociedade há séculos, consequentemente as mesmas serão as mais afetadas nesse cenário

desigual.

Diante desse cenário, destaca-se a atuação de ONGs e projetos sociais implementados em áreas periféricas com o intuito de contribuir na luta por direitos da população. Cabe destacar que as ONGs são entidades da sociedade civil, que não possuem fins lucrativos, são constituídas por pessoas que se unem em função de resolverem problemas e defender causas coletivas, se dedicando ao trabalho voluntário sendo direcionado ao bem comum e na busca de melhores condições de vida para a comunidade local quanto a determinados grupos sociais (Almeida, 2025). De acordo com Almeida (2025) a partir dos anos de 1990, as ONGs passaram a se organizar especialmente em defesa dos direitos da parcela mais vulnerável da população, como mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas negras e entre outros. Desta forma, é possível afirmar que essas organizações dão voz a esses grupos silenciados e esquecidos pelas políticas estatais tradicionais.

No caso do Jardim Bonsucesso, não é diferente, há a presença de ONGs que contribuem na mobilização social dos moradores em busca de seus direitos, como o caso da PS+Unidas, o Projeto Alvo, que é de cunho religioso, o ADRIA, Arte Vida e entre outros. A pesquisa optou por trabalhar em conjunto com a PS+Unidas, para entender como essa associação de moradores, que atende tanto homens quanto mulheres, contribui na mobilização dessas mulheres pelo direito à cidade e se a mesma desempenha o papel de articulação entre elas para serem criadas redes de apoio entre elas.

Devido aos trâmites do comitê de ética, o processo de liberação para as entrevistas sofreu um atraso significativo, fazendo com que o processo esteja em andamento até os dias atuais e pretende-se concluir a etapa de entrevistas a qual será utilizada no trabalho de conclusão de curso da pesquisadora, com a finalidade de melhor concluir a presente pesquisa. Contudo, durante o período de desenvolvimento do estudo, foram feitos trabalhos de campo, em diferentes dias, onde foram feitos diálogos com diferentes moradoras e moradores, participação de reuniões coletivas com o projeto de “Micro redes” desenvolvido pelo CRAS que atende ao bairro, além de ter se mantido em contato com o presidente da PS+Unidas e conversado com outros projetos sociais desempenhados no bairro, como o Projeto Alvo.

Portanto, como resultado com base nos recursos disponíveis, seja por meio da

bibliográfica, análise do plano diretor, conversas e visitas ao bairro ao decorrer do ano de vigência do projeto, é possível chegar a possíveis resultados. Em primeiro lugar, é possível afirmar que o bairro Jardim Bonsucesso possui uma gama de problemas de infraestrutura e distribuição de bens e serviços para a população, interferindo diretamente na cidadania das mulheres que ali vivem, e de acordo com o plano diretor e com os relatos das moradoras, não grande maioria das propostas objetivadas no plano diretor não passam de um documento técnico e científico sem validade na realidade, visto que há uma escassez de políticas públicas voltadas para a resolução dos problemas do bairro e muitas das vezes há apenas a promessa de melhoria que perdura anos até algo ser concluído de fato.

Em segundo lugar, devido a esse cenário de descaso, as mulheres contam com o auxílio dessas organizações não governamentais que desempenham o papel que deveria ser do estado. Pelo o que foi possível observar, essas organizações possibilitam sim a criação de redes de apoio entre essas mulheres, devido a conexão que sentem uma com as outras por terem realidades próximas e estarem unidas para um objetivo, que é o de reivindicar os seus direitos e os direitos das crianças, que foi uma das demandas mais presentes nos relatos. no caso da Ps+Unidas, como não foi possível conversar com mulheres que são membros da organização, não é possível afirmar algo concreto, no entanto levando em consideração o cenário e o papel que a mesma desempenha, acredita-se que ela contribuiu sim na formação de redes de apoio e de contribuir na articulação dessas moradoras.

Além disso, em conversa com o presidente da ONG, o mesmo informou que há limitações dentro da atuação da associação, dado que como a mesma não possui apoios financeiros da prefeitura ou de outro tipo de instituição, muitas das vezes eles se deparam com desafios para concluir suas atividades. Ademais, foi comentado sobre o sentimento de frustração do mesmo quando ocorrem essas situações em que eles não podem ajudar as moradoras por falta de verba, no entanto eles sempre tentam fazer o possível para conseguir ao menos remediar a situação com algum tipo de auxílio que mesmo que não resolva o problema, proporciona algum tipo de amparo.

Portanto, ainda que essas organizações não sejam suficientes para garantir o exercício da cidadania dessas mulheres, sem as atividades desempenhadas por elas a luta por seus direitos seria ainda mais dificultada. Logo, destaca-se a importância das mesmas e necessidade urgente da Gestão do município de Rio Claro de promover políticas públicas voltadas à educação, saúde, mobilidade urbana, construção de áreas de lazer e promoção de cultura e melhorias de infraestrutura no bairro para que essas mulheres

possam ter melhores qualidades de vida e os direitos que deveriam ser assegurados a elas independentemente de sua classe social, cor, gênero e posição geográfica.

4. CONCLUSÃO

Conforme descrito, no bairro Jardim Bonsucesso há uma gama de problemas de infraestrutura em diferentes âmbitos, que são comumente enfrentados nas periferias brasileiras. O bairro sofre com falta de políticas públicas que promovam melhorias nas esferas de educação, segurança, mobilidade, saúde, acesso à cultura e lazer. Além de carecer de melhorias na pavimentação, rede de esgoto e iluminação pública. Isso exposto, pode-se afirmar que a população do bairro, de forma geral, sofre impactos negativos dessa falta de estrutura, o que influencia de maneira direta o direito à cidade desses cidadãos.

Contudo, dada a construção das cidades brasileiras, sobretudo a cidade de Rio Claro-SP, que foi pensada e construída mediante raízes patriarcais, a estrutura urbana não foi e não é pensada e criada para o benefício das mulheres, uma vez que foi imaginada por e para homens. Portanto, diante dessa estrutura desigual para os gêneros, é possível afirmar que problemas que afetam a população toda não são sentidos da mesma maneira, dado que, devido a um cenário de desvantagem para as mulheres, as problemáticas estabelecidas no espaço urbano vão ressoar de jeito diferente e com intensidades diferentes para o gênero feminino quando comparado ao masculino. Diante disso, a pesquisa dedicou-se a destacar os principais problemas enfrentados pelas moradoras do bairro Jardim Bonsucesso em Rio Claro-SP para exercer a cidadania de maneira plena. Uma vez que essas mulheres têm seus direitos negados, surgem articulações e mobilizações das mesmas para reivindicar os seus direitos e consequentemente nesse processo, são criadas redes de apoio entre as moradoras.

Os trabalhos de campo e os diálogos feitos com as moradoras e moradores foram fundamentais para haver a devida aproximação com a realidade local, podendo proporcionar experiências, percepções e entendimentos sobre os desafios enfrentados pela população de maneira geral e sobretudo das mulheres que ali residem, possibilitando a criação de contatos que repercutiram em outros projetos.

Devido a processos do comitê de ética, que acabaram se delongando mais do que o previsto, fazendo com que o processo não se findasse em tempo hábil para concluir essa etapa da metodologia, que era composta por entrevistas tanto com as mulheres quanto

com a ONGS+Unidas, não foi possível atingir a todos os objetivos previstos. Contudo, através da bibliografia, da análise do plano diretor, dos relatos das moradoras, do trabalho de campo e do contato com o bairro, foi possível discutir sobre o proposto e chegar a certas conclusões.

Portanto, conclui-se que o bairro Jardim Bonsucesso sofre com efeito barreira, o que contribui para o descaso da gestão do município de Rio Claro para com o bairro, uma vez que os problemas que existem há anos continuam existindo e sem projeções reais de melhoria efetiva. Consequentemente, essas problemáticas vão impactar significativamente a vida das mulheres, fazendo com que as mesmas encontrem desafios para exercer sua cidadania plena. Desse modo, tendo seus direitos limitados ou até mesmo negados, acaba por ficar destinado a elas lutarem por reivindicarem seus direitos.

Em bairros periféricos brasileiros, é comum que a população se mobilize entre si para lutar por seus direitos. No Jardim Bonsucesso, não é diferente, há sim a presença de diferentes grupos que se articulam entre si para desempenhar um papel que deveria ser do Estado. Portanto, destaca-se a importância de ONGs como o PS+Unidas e de outras associações e coletivos que, para além de contribuírem para a luta dessas mulheres, também desempenham o papel de possibilitar espaços de criação de redes de apoio entre essas mulheres, que é de uma importância para a luta das mesmas.

Ainda que essas organizações tenham importância fundamental em cenários como esse, sabe-se que as mesmas não são suficientes para garantir o direito de todos, devido a várias limitações, como a principal delas, que seria a falta de recursos necessários para atender às demandas presentes. Portanto, para que esse cenário seja modificado, é necessária a Implantação de políticas públicas voltadas para a resolução das deficiências apresentadas no bairro, que sejam construídas por e para mulheres, visto que uma vez planejado por uma ótica feminista, todos os outros âmbitos serão pensados e levados em consideração também, dado que o feminismo luta por equidade de gênero, pensando no bem-estar de toda a população na totalidade. Também é preciso desenvolver políticas públicas que insiram as mulheres nas tomadas de decisão, possibilitando a participação ativa delas na reconstrução do espaço urbano. Além disso, destaca-se a urgência de

valorizar organizações não governamentais e a importância dos movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988).

BUTLER, Judith P. 1993. **Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"**. New York: Routledge.

BUTLER, Judith P. 2006. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. New York: Routledge.

BUTLER, Judith P. 2016. **Notes Toward a Performative Theory of Assembly**. Copyright © 2015 by the President and Fellows of Harvard College.

HARVEY, David. **Le capitalisme contre le droit à la ville. Néolibéralisme, urbanisation, résistances**. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

HELENE, Diana. **“Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia”**. Cad. Metrop. São Paulo, Vol. 21, Nº 46 (Set./Dez. 2019): 951-974.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. 3a Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Agosto. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

KAZAN, Evelyn Medeiros. **Mulheres periféricas e autorrepresentação: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia**. 2020. 184 p.. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

LEFEBVRE, Henri. 1968. **Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. Cambridge: Polity Press, 2001.

MOUETTE, Dominique. **Os pedestres e o efeito barreira**. São Paulo, Tese de Doutorado, POLI/USP, 1998.

MOUETTE, Dominique. **Efeito Barreira e circulação de pedestres**. In Revista da ANTP, ano 26, 2o trim., n.102, São Paulo, ANTP, 2004.

RIO CLARO. **Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Rio Claro**. dezembro de 2017.

REDAÇÃO. **Rio Claro terá Casa Lilás para acolher mulheres vítimas de violência doméstica**. **Diário do Rio Claro**, 8 abr. 2025. Disponível em: <https://www.j1diario.com.br/rio-claro-tera-casa-lilas-para-acolher-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica/>. Acesso em: 10 set. 2025.

SAMPAIO, Livia. 2022. Livro: **Gestión feminista del hábitat: Refleiones desde la peil deoméstica al desafío de la existencia**. Capítulo: Reflexões feministas sobre o espaço urbano em tempos de pandemia de covid-19. 2022.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, Joseli Maria. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, jul./dez. 2007.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada**. Caderno Prudentino de Geografia , Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 63-77, jul.-dez. 2019.

SOUZA, Marcos. **Mobilidade e acessibilidade intraurbana: Análise do efeito barreira na cidade de Rio Claro**. Rio Claro, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano diretor**. São Paulo, 1998.